

# GOLPE CONTRA O ESTADO



*Nesta seção é apresentada uma análise da intensificação do Programa de Parcerias e Investimentos (PPI), um dos maiores programas de desmonte da atuação do Estado e das empresas estatais de que se tem notícia em setores estratégicos, anunciada pelo governo federal para o segundo semestre de 2017.*

## O BRASIL À VENDA: DIRETRIZES DO DESMONTE

Entre 1930 e 1980, o Estado constituiu formas superiores de organização do capitalismo no Brasil, a partir do sistema produtivo estatal (SPE) e do sistema financeiro público (SFP), com destaque para a Petrobras e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), duas instituições que sobreviveram ao desmonte das décadas de 1980 e 1990. Elas foram fundamentais para o último ciclo de crescimento e desenvolvimento do chamado lulismo e são atualmente assediadas pelo governo ilegítimo e impopular em curso, cujo projeto passa pela priorização do mercado, do rentismo e do curto-prazo ao reduzir o papel do Estado e das empresas estatais por meio de privatizações, concessões ou parcerias público-privadas (PPPs).

Em petróleo, o atual governo já patrocinou a retirada da Petrobras das áreas de petroquímicos, bio-

combustíveis, refinarias, além de diminuir o papel da empresa na exploração e produção do pré-sal e encolher ao máximo a política de conteúdo local. Segundo a Agência Nacional de Petróleo (ANP), em setembro e outubro serão realizadas duas rodadas de licitações nas áreas de partilha do pré-sal, cuja outorga estimada pode ficar entre 1,2 bilhão e 4,7 bilhões de reais.

Em energia elétrica, o governo tem trabalhado em estudos que sinalizam para a privatização das seis distribuidoras da Eletrobras (Amazonas, Acre, Alagoas, Piauí, Rondônia e Roraima), cuja soma da receita estimada atinge cerca de 10,8 bilhões de reais. Além disso, as cinco hidrelétricas da Cemig deverão também passar para a iniciativa privada; pelo critério da outorga onerosa a União prevê cerca de 9,1 bilhões de reais de arrecadação.

Em rodovias, o governo prepara a licitação de três novos conjuntos de estradas: BR-364 e 365 entre Minas Gerais e Goiás, BR-101 em Santa Catarina e as BRs-101, 290, 386 e 448, entre Rio Grande do Sul e Santa Catarina. De forma concomitante, o governo vai rellicitar a via Dutra (que liga São Paulo e Rio de Janeiro), a Concer (que liga Rio de Janeiro a Juiz de Fora) e a CRT (no Rio de Janeiro).

Em ferrovias, o governo trabalha na reconfiguração de cinco contratos existentes, com a MRS Logística, Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), Estrada de Ferro Carajás, Vitória-Minas e Malha Paulista, e ainda há previsão da realização de leilões para os trechos de Porto Natal (TO) e Estrela D'Oeste da Ferrovia Norte-Sul (SP). Ao todo essas ferrovias representam mais de 90% do fluxo total de cargas ferroviárias do país.

No setor portuário, o governo também sinaliza para a possibilidade de privatizar as companhias docas, iniciando pela Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa); no setor bancário, por seu turno, chama a atenção o fechamento sistemático de agências do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, além do encolhimento das políticas de crédito direcionado, inclusive para as linhas de financiamento do BNDES.

Mais ainda, com o objetivo de acelerar concessões e PPPs em estados e cidades, o Ministério do Planejamento está criando um fundo que será gerido pela Caixa Econômica Federal (CEF) e que deverá mobilizar cerca de cem milhões de reais para apoiar a contratação de projetos de modelagem econômico-financeira para entes federativos que desejem privatizar as áreas de saneamento, mobilidade urbana, resíduos e iluminação pública.

Há também em curso a previsão de aceleração de uma agenda de reformas microeconômicas do Estado que também precisa ser observada com atenção - ela se iniciou com a implementação da Lei de Responsabilidade das Estatais, sancionada em junho de 2016, e avançou com a mudança nos marcos regulatórios da operação do pré-sal, sancionada em outubro de 2016. Em função da crise política intensificada depois da delação preventiva da J&F e em decorrência da concentração das forças governistas na aprovação da reforma trabalhista, a agen-

da de mudanças nas estruturas estatais permanece em certa suspensão, mas ela deve ser retomada de forma mais contundente nesse segundo semestre de 2017, sobretudo a partir de agosto.

Nesse escopo merecem destaque:

- a proposta de criação de uma lei geral das agências reguladoras visando aumentar a autonomia decisória e orçamentária desses órgãos, o que na prática pode significar maior poder de pressão das forças do mercado sobre os marcos regulatórios do Estado.
- A criação de uma nova legislação de licitação em substituição à lei n. 8.666/93, o que pode significar maior laxismo nas contratações da iniciativa privada.
- A mudança no regime de contratação das concessões das empresas de telecomunicações, abrindo o setor para o capital internacional.
- O projeto que busca acabar com restrições ao capital externo nas companhias aéreas, desnacionalizando um setor estratégico.
- A flexibilização da lei que proíbe a venda de terras nacionais para estrangeiros, afrontando a soberania nacional.
- A criação de critérios para indicação de diretores dos fundos de pensão, privilegiando quem tem trajetória profissional no mercado financeiro e de capitais.
- A formulação de um projeto de lei que assegure o socorro estatal e estatização de dívidas privadas em casos de falências e recuperação judicial para as empresas.
- A flexibilização das regras de licenciamento ambiental para obras de infra-estrutura, podendo significar uma intensificação de formas predatórias do uso do meio ambiente.
- A aceleração de uma Medida Provisória em curso busca criar uma nova agência reguladora para o setor de mineração, visando aproximar as decisões do Estado dos interesses do mercado.
- A elaboração de uma medida provisória mudando o sistema de cotas para usinas hidrelétricas, alterando a comercialização da energia de Itaipu de modo a ampliar a presença do mercado livre.

A justificativa oficial do governo para o desmonte das empresas estatais e para a implementação de uma agenda de reformas microeconômicas do Estado é a de que a crise fiscal e a corrupção criaram um cenário que impôs como necessidade o encolhimento do Estado e a ampliação do mercado.

O que o governo esconde, entretanto, é o fato de que o modo como se realiza a Operação Lava Jato, por exemplo, já trouxe mais prejuízos ao país do que qualquer plano de desinvestimentos propos-

to pelo governo. No Brasil já somamos perdas de cerca de 142 bilhões de reais nos setores de óleo e gás, metal-mecânica, construção civil, naval e engenharia pesada, além de cerca de noventa bilhões de reais em obras paradas.

O projeto de desmonte do Estado ora em curso fere de maneira muito intensa o poder de atuação do Estado e, com isso, diminui sobremaneira os instrumentos necessários para nossa recuperação econômica no futuro.



acesse  
o canal **teveFPA** 

**ENTREVISTAS - EVENTOS - TRANSMISSÕES AO VIVO**